



“ARRASTADOS POR UMA CEGA AVAREZA” AS ORIGENS DA CRÍTICA À DESTRUIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS AMAZÔNICOS

José Augusto Pádua

A imagem da natureza amazônica na cultura ocidental é fruto de uma longa construção histórica, que passou por diversas metamorfoses. Apesar de a busca por recursos naturais ter catalisado desde o início, no século XVI, o contato dos europeus com a região, o conceito de Floresta Amazônica, entendido como um conjunto natural integrado e passível de ser destruído, é um fenômeno cultural bem mais recente. O foco de atenção dos primeiros cronistas foi o valor potencial de elementos naturais isolados, como as tartarugas, os peixes-boi e algumas espécies de árvores e plantas. A expectativa de encontrar metais e

pedras preciosas foi também um motivador essencial. A idéia de um estoque inesgotável de recursos orientou o conjunto dessas primeiras interpretações. Apenas no século XVIII, com a presença de escritores influenciados pela mentalidade científica moderna, sejam autores eclesiásticos, sejam viajantes naturalistas, a visão da floresta como um todo, cuja cobertura arbórea e os recursos naturais específicos poderiam ser esgotados por práticas predatórias, começou a aparecer de maneira mais explícita. Encontram-se aqui as origens de um tema que hoje se tornou um dos ícones da globalização: o destino da maior floresta tropical do planeta.

Os primeiros olhares coloniais sobre a natureza amazônica

Ilustração de abertura:

Desmatamento no rio Purus.
Fotografia de 1903, provavelmente de Ernst Lohse.
©Coleção Fotográfica/Arquivo
Guilherme de La Penha/Museu
Paraense Emílio Goeldi.

“Tanto ouro como prata, cobre ou qualquer outro metal, pérolas e pedras preciosas, drogas, especiarias e quaisquer outras coisas de animais, pescados, aves, árvores e ervas e outras coisas de qualquer natureza ou qualidade”. Esta foi a lista apresentada pela Coroa Espanhola ao navegador Vicente Yáñez Pizon em 1501, indicando os elementos potencialmente desejáveis que ele deveria buscar, ficando com a sexta parte do total encontrado, na região do grande rio por ele parcialmente percorrido, cerca de vinte léguas, no início de 1500. A região era ainda uma grande desconhecida, estando o próprio nome do rio em disputa. Para alguns ele era o “Santa Maria de la Mar Dulce”, para outros o “Marañon”. Após o famoso relato da expedição comandada ao longo de todo o curso pelo capitão Francisco Orellana em 1541-42, escrito por frei Gaspar de Carvajal, o nome de “Amazonas” começou a ser associado ao gigantesco caminho d’água, tendo em vista a notícia das poderosas guerreiras que nele existiriam, mantendo várias tribos em estado de vassalagem.

A falta de conhecimentos mais definidos sobre o universo natural da região, que aparentava ser extremamente rico, explica o tom vagamente inclusivo da Capitulação Real entregue ao capitão Pizon.¹ De fato, havia interesse em “coisas de qualquer natureza e qualidade”. Mas o denominador comum era bem claro: riquezas naturais que pudessem ser exploradas de maneira extrativa. A busca por essas riquezas – minerais, animais ou vegetais – constituía uma das motivações econômicas básicas da expansão colonial européia, depois ampliada pela possibilidade de utilizar grandes extensões de terra conquistada para o estabelecimento de monoculturas ou criações de espécies exóticas introduzidas no Novo Mundo, como a cana-de-açúcar e o gado bovino.

Existe um aspecto que merece ser especialmente ressaltado. O interesse por elementos específicos, que pudessem gerar riqueza comercial, obscureceu em grande parte a visão da paisagem. Ao contrário do que se imagina, os relatos do encontro dos europeus com a região amazônica, fazendo um evidente contraste com a imagem hoje dominante, não expressaram grande espanto diante da gigantesca floresta, daquele oceano de árvores tropicais. Para entender esse fenômeno é preciso, em primeiro lugar, examinar os seus aspectos culturais e subjetivos. A valorização das florestas como um todo, no contexto do pensamento ocidental, é um fenômeno tardio. Foi a emergência da ciência natural

¹ Citada em UGARTE, A. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: DEL PRIORE, M. & GOMES, F. *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

moderna, particularmente a partir do século XVIII, que disseminou a idéia da importância sistêmica das florestas para a qualidade do clima, a fertilidade dos solos e a oferta regular de água. A cultura romântica dos séculos XVIII e XIX, por outro lado, valorizou as grandes paisagens florestais no contexto de uma estética do sublime.²

É verdade que as riquezas da natureza tropical brasileira foram saudadas por escritores leigos e eclesiásticos ao longo de todo o período colonial. Mas a tendência que pode ser observada nos primeiros séculos da colonização, tanto na região da Mata Atlântica quanto na da Floresta Amazônica, foi a de destacar muito mais os elementos marcantes da fauna e da flora locais do que o fundo florestal que lhes servia de habitat. Papagaios, macacos, cajus e maracujás – ou, no caso da Amazônia, tartarugas, peixes-boi, salsaparilhas e copaíbas – receberam bem mais atenção do que a floresta propriamente dita. Mesmo nos casos em que ocorreu uma leitura positiva do conjunto da paisagem, a presença dos bons ares e das águas puras receberam primazia em relação às matas. Até pelo fato de corresponderem mais diretamente aos sinais de saúde e perfeição presentes nos relatos bíblicos e na literatura médica da antiguidade mediterrânea, que tanto influenciaram os escritores pós-renascentistas europeus nos trópicos coloniais.³

Ao mencionar a relativamente pequena importância atribuída às florestas pelos primeiros colonizadores europeus na Amazônia, no entanto, é preciso também considerar um fator objetivo que cada vez mais vem sendo confirmado pela pesquisa arqueológica e historiográfica. A escala e intensidade da presença indígena nas margens dos rios da Bacia Amazônica, ao que parece, foi bem maior do que se imaginava. A ocupação da várzea por grupos humanos começou há pelo menos 11.000 anos, com o posterior estabelecimento de sociedades bastante pesadas e hierarquizadas, cuja agricultura intensiva provocou considerável desflorestamento. No momento do encontro, os primeiros cronistas ainda puderam noticiar a existência de vilas fortificadas, estradas, exploração agrícola produtora de apreciável excedente, intensa movimentação de canoas etc.. Um mundo nativo que se desagregou e se despovoou profundamente, inclusive por força do choque epidemiológico trazido pelo contato com os europeus.⁴ De tal maneira que, ironicamente, as densas matas observadas pelos naturalistas viajantes do século XIX seriam complexos de vegetação florestal secundária, resultantes da sucessão ecológica que em alguns séculos reverteu áreas de cultivo abandonadas em forte vegetação arbórea.⁵

² GLACKEN, C. *Traces on the Rhodian Shore*. Berkeley: Berkeley University Press, 1967.

HARRISON, R. *Forests: the shadow of civilization*. Chicago: Chicago University Press, 1992.

THOMAS, K. *Man and the natural world: a history of modern sensibility*. New York: Pantheon, 1983.

³ HOLANDA, S. B. de. *Visão do paraíso*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

ASSUNÇÃO, P. de. *A Terra dos Brasis: a natureza da América Portuguesa vista pelos primeiros jesuítas*. São Paulo: Annablume, 2001.

⁴ COOK, N. *Born to Die: disease and new world conquest*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

⁵ CLEARY, D. Towards an environmental history of the Amazon: from prehistory to the nineteenth century. *Latin American Research Review*, 36(2):65-69, n. 2, 2001.

De toda forma, mesmo aceitando a validade das pesquisas que revelam ter sido a paisagem florestal encontrada pelos primeiros cronistas bem mais aberta do que se supunha, ainda assim existiria na região uma massa verde de grandes proporções. De tal maneira que a relativa ausência de atenção para com o conjunto da floresta não poderia ser entendida sem considerar os fatores culturais e subjetivos que moldaram o olhar dos viajantes.

⁶ BARRETO, C. & MACHADO, J. Exploring the Amazon, explaining the unknown: views from the past. In: McEWAN, C.; BARRETO, C. & NEVES, E. *Unknown Amazon*. London: The British Museum Press, 2001.

Como bem destacaram Barreto e Machado⁶, a imagem da natureza amazônica foi marcada até o final do século XVIII por escritores eclesiásticos, especialmente missionários que acompanharam as primeiras expedições e, mais tarde, participaram da montagem das primeiras missões permanentes e aldeamentos indígenas sob controle das ordens religiosas. Esses intelectuais da Igreja estavam voltados para a construção seletiva da paisagem, segundo seus próprios referenciais. Seu interesse pela sobrevivência dos indígenas, por exemplo, enquanto populações potencialmente convertíveis ao cristianismo, era superior ao dos outros membros da elite econômica e política. Era fundamental para a Igreja, no contexto da contra-reforma na Europa, aumentar a base demográfica do catolicismo. A busca por esse monopólio das almas era tão importante quanto a busca pelo monopólio de riquezas naturais que as ordens religiosas compartilhavam com os agentes leigos da colonização econômica. O foco nos recursos naturais, portanto, era um denominador comum deste processo em que a conquista política e a catequese espiritual constituíam dois lados da mesma moeda (apesar da existência de um complexo jogo de convergências e divergências entre representantes da Igreja e autoridades coloniais).

⁷ CARVAJAL, G. de. Relación. In: PAPAVERO, N.; TEIXEIRA, D.; OVERAL, W. & PUJOL-LUZ, J. *O novo Éden: a fauna da Amazônia nos relatos de viajantes e cronistas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

A apresentação do mundo natural amazônico pelos escritores eclesiásticos, neste sentido, compartilhou o pragmatismo e o viés exploratório que caracterizou o processo colonial como um todo. No texto de Carvajal, por exemplo, já mencionado acima, o que aparece com maior destaque e recorrência, no que se refere aos usos da natureza, são as possibilidades alimentares apresentadas sob a forma de tartarugas, papagaios, peixes-boi, macacos, perdizes, gatos, diferentes tipos de pescado e “biscoitos muito bons que os índios fazem de milho e mandioca e muitas frutas de todos os gêneros”. Também aparece, por certo, o desejo pelos metais e pedras preciosas, cujos sinais apareciam ocasionalmente em jóias usadas pelos índios e nos relatos sobre a abundância de ouro e prata “terra adentro” (pelo menos assim entendiam os ouvidos ávidos dos europeus).⁷

O relato menciona ainda, entre outros elementos daquele universo natural, a existência de algodão para fiar, de “abundância de mosquitos” e de árvores frutíferas. As árvores, aliás, aparecem basicamente em comentários indiretos, como no caso do corte de madeiras para fazer ou restaurar barcos, de vilas fortificadas com “uma muralha de madeiros grossos” e da busca de refúgio noturno em “robledales”. É significativo o fato de o autor utilizar a idéia de uma floresta de robles (*Quercus pirenaica*), uma árvore típica da península Ibérica, para identificar a mata amazônica. Um claro indicativo de como foi difícil traduzir culturalmente, aos olhos dos europeus, uma biodiversidade e uma paisagem tão diferentes da que estavam acostumados. O elogio dessa paisagem, aliás, não aparece em termos do seu valor intrínseco, mas sim da sua possibilidade de conversão em algo mais civilizado e palatável: “É terra temperada, de onde se colherá muito trigo e se cultivarão todas as frutas. Ademais é aparelhada para criar todo gado, porque nela existem muitas ervas como na nossa Espanha”⁸.

⁸ CARVAJAL, G. de. *Op. cit.*

Não é muito diversa, no essencial, a visão que aparece em dois importantes relatos produzidos por escritores eclesiásticos no século seguinte, relacionados com a viagem comandada por Pedro Teixeira em 1637-39. É verdade que na “Relação do Descobrimento do Rio das Amazonas”, do padre Alonso De Rojas, aparece uma percepção mais evidente da paisagem florestal, na medida em que menciona o fato “das margens destes rios estarem todas povoadas de árvores tão altas que sobem às nuvens” e das áreas interiores possuírem montanhas cobertas de “muitos boas árvores: altas e grossas”. Mas a continuidade da narração deixa de lado a mata e focaliza as árvores individuais, especialmente os usos potenciais e o modo de corte de algumas delas. Além de apresentar novamente uma lista de espécies úteis de animais e vegetais, assim como os sempre presentes sinais dos tão desejados metais preciosos.⁹

⁹ ROJAS, A. de. Relación del descubrimiento del rio de las Amazonas. [1639]. In: PAPAVERO, N.; TEIXEIRA, D.; OVERAL, W. & PUJOL-LUZ, J. *Op. cit.*

Em outro relato inspirado na expedição de Pedro Teixeira, o famoso “Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas” do padre Cristóbal de Acuña, publicado em 1641, reaparece o mesmo padrão básico de incorporação da natureza amazônica na cultura européia, apesar de apresentado com maior riqueza de detalhes e capacidade expositiva. O texto sintetiza a visão da época sobre a geografia do rio Amazonas, incluindo sua origem, as peculiaridades do seu desenho e suas principais entradas fluviais. Fornece também uma visão mais explícita, mesmo que breve, da paisagem florestal, ao falar na “frescura de todas as suas margens, que

coroadas de várias e belas árvores, parece que com insistência estão sempre desenhando novos países, onde a natureza se esmera e a arte se manifesta”. O núcleo da narrativa, no entanto, continua sendo a descrição individual dos elementos naturais, apesar de agrupados em seções delineadas ao estilo do saber enciclopédico: bebidas, frutas, pescados, tartarugas, caças, madeiras, metais etc. O eixo econômico da colonização, segundo Acuña, deveria estar centrado no cultivo de quatro produtos especialmente promissores – as madeiras, o cacau, o tabaco e a cana-de-açúcar, este último derivado da impressão do autor de que os terrenos da Várzea eram do tipo massapé, que no Nordeste alimentava os melhores canaviais.¹⁰

¹⁰ ACUÑA, C. de. Nuevo descubrimiento del gran río de las Amazonas. [1641]. In: PAPAVERO, N.; TEIXEIRA, D.; OVERAL, W. & PUJOL-LUZ, J. *Op. cit.*.

É importante ter em mente que em nenhum desses relatos quinhentistas e seiscentistas aparecem preocupações com a exploração destrutiva dos recursos da natureza e, menos ainda, com a possibilidade de a floresta ser devastada. Acuña menciona, por exemplo, o uso do timbó para intoxicar os peixes e facilitar a sua retirada na superfície da água pelos índios, sem fazer qualquer juízo crítico sobre essa prática, como apareceu em escritores do século XIX.¹¹ A imagem vigente na conquista da Amazônia era a de uma abundância de elementos naturais que não poderia ser ameaçada pela ação humana, mesmo quando as práticas produtivas dos índios e dos primeiros colonos parecessem rudimentares e agressivas.

¹¹ ACUÑA, C. *Op. cit.*.
PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

O nascimento da crítica ao uso destrutivo dos recursos amazônicos

O aparecimento de uma crítica sistemática à destruição dos recursos naturais amazônicos se confunde com a entrada naquele universo, a partir do século XVIII, de um novo ator social: o viajante naturalista leigo e profissional. Esta presença se confunde com o momento histórico em que alguns intelectuais europeus, com base nas novas teorias difundidas nas Academias de Ciência sobre a importância dos bosques para a saúde biológica e climática dos territórios – e conseqüentemente da sua capacidade de produção econômica – começaram a condenar duramente a devastação do mundo natural. No mundo luso-brasileiro, particularmente, esse estilo de pensamento possui uma origem bastante precisa. Em 1772, a Universidade de Coimbra passou por uma importante reforma, que teve por objetivo aproximá-la das novas correntes de filosofia natural e economia política que estavam em pleno desenvolvimento. Para

participar dessa reforma, o naturalista italiano Domenico Vandelli estabeleceu-se em Portugal, onde difundiu a “economia da natureza” de Lineu, Buffon e Duhamel de Monceau, associada às teses da escola econômica fisiocrata sobre a valorização dos recursos primários. Para setores importantes da elite política portuguesa, esse esforço de reforma acadêmica tinha um claro sentido econômico. Um melhor conhecimento da natureza, especialmente nas ricas regiões coloniais, serviria para gerar avanços produtivos, inclusive com a descoberta de novas técnicas que promovessem maior eficiência e menos destrutividade no uso dos recursos naturais.

O contexto científico e político da época, efetivamente, era favorável às demandas por uma relação mais cuidadosa com a paisagem natural, especialmente as florestas. A chamada “teoria do dessecamento”, desenvolvida nos séculos XVII e XVIII por acadêmicos ingleses e franceses, relacionava a destruição da vegetação nativa com a redução da umidade, das chuvas e dos mananciais de água, gerando prejuízos concretos para a economia rural.¹² As novas técnicas de silvicultura, por outro lado, estavam demonstrando que era possível extrair madeiras de forma inteligente e não destrutiva, preservando a base florestal através do manejo e do reflorestamento. Este último ponto, aliás, tornou-se muito sensível na política européia do final do XVIII. Com o avanço dos conflitos militares que se seguiram à Revolução Francesa, as diferentes potências européias preocuparam-se com a garantia do suprimento de madeira para os seus navios de guerra, estabelecendo políticas e legislações que buscavam conter a destruição das matas nos espaços metropolitanos e coloniais.

O marco da presença deste caldo de cultura intelectual na Amazônia encontra-se na famosa “viagem filosófica” realizada na região por Alexandre Rodrigues Ferreira, um discípulo direto de Vandelli, entre 1783 e 1793. Antes de abordar a importância histórica desse personagem, porém, que pode ser rotulado como fundador da crítica sistemática à destruição dos recursos naturais amazônicos, é necessário comentar a existência de um trabalho magnífico que, por um lado, representa a apoteose dos trabalhos de descrição da natureza regional presentes na obra dos missionários eclesiásticos e, por outro, apresenta uma clara transição para o reformismo racionalista explicitado mais tarde por Rodrigues Ferreira e outros naturalistas. Trata-se do *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* do padre jesuíta João Daniel, escrito entre 1757 e 1776.

¹² GROVE, R. *Green Imperialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Para entender o contexto desta obra, é necessário lembrar que antes e durante o longo processo de construção histórica da figura do naturalista leigo e profissional, que veio ganhando um contorno mais definido entre os séculos XVII e XIX, intelectuais da Igreja dedicaram-se a coletar e sistematizar informações sobre a natureza e os habitantes nativos dos novos mundos que estavam sendo alcançados, e na verdade criados, pela expansão européia. Esta função, obviamente, pode ser vislumbrada nos autores citados na seção anterior, que buscaram apresentar uma imagem concreta, mesmo que seletiva, da região amazônica e de seus povos nativos ao olhar europeu. Este esforço protonaturalista e proto-etnográfico aparece também em textos que não foi possível analisar aqui, como as partes do livro de Cristóbal de Acuña que tratam dos costumes indígenas e as anotações e desenhos do franciscano Cristóvão de Lisboa sobre a *História dos Animais e Árvores do Maranhão*, produzidos no início do século XVII.

O extraordinário trabalho de João Daniel, entretanto, se destaca dos textos anteriores em três aspectos: as condições de produção, a abrangência e o sentido político da obra. Em 1757, no contexto do aumento das tensões entre a Companhia de Jesus e o governo do Marquês de Pombal, que culminaria dois anos depois na expulsão dos jesuítas de todos os territórios portugueses, o padre Daniel foi preso e deportado para Portugal junto com nove outros eclesiásticos. Acusado de ofender o governador Francisco de Mendonça Furtado, meio-irmão de Pombal e executor do seu projeto econômico para a Amazônia, ele permaneceu enclausurado até o ano de sua morte, em 1776. Ou seja, o autor escreveu seu volumoso tratado, com mais de mil páginas manuscritas, sem consultar bibliotecas e sem participar de debates intelectuais, valendo-se apenas de uma oferta escassa de papel e da possibilidade de trocar informações com seus companheiros de prisão, mesmo assim de maneira parcial e indireta.

As péssimas condições de produção tornam ainda mais inusitado o escopo definido para a elaboração do livro. O Padre Daniel colocou-se o desafio de escrever um tratado vasto e completo, uma verdadeira enciclopédia da Amazônia setecentista. E conseguiu, em grande parte, realizar este projeto. Mais ainda, logrou fazê-lo através de uma escrita lúcida e, muitas vezes, irônica e graciosa. Ao apresentar a longa lista das opções de pesca na região, por exemplo, o autor reconheceu a sua incapacidade para dar conta do

que hoje chamaríamos de “biodiversidade amazônica”, exclamando que “basta já de peixe, sendo verdade que ainda não disse nem o dízimo das espécies diversas que cria o Amazonas”¹³.

¹³ DANIEL, J. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Ao discorrer longamente sobre os acidentes geográficos, caças, frutas, madeiras, ervas, minerais e outros aspectos da rica natureza regional – além de explanações detalhadas sobre a vida e a cultura das tribos indígenas – Daniel apresentou um saboroso ecletismo setecentista, onde se misturaram observações empíricas, citações de escritores clássicos, alusões mitológicas greco-romanas e pregações moralistas católicas.

O ponto que deve ser ressaltado, porém, no contexto do presente artigo, é o do sentido político e reformista do *Tesouro Descoberto*. O padre Daniel chegou a afirmar que todas as suas descrições sobre a região e seus habitantes eram apenas um “preâmbulo” para as partes finais do livro, onde apresenta uma espécie de plano alternativo de colonização. Como bem demonstrou o historiador Kelerson Costa, em uma tese defendida na Universidade de Brasília sobre as leituras da Amazônia colonial¹⁴, o padre Daniel foi talvez o primeiro intelectual a formular um projeto integrado de ocupação da região amazônica, que corrigiria os erros do passado e permitiria que os seus habitantes pudessem “facilmente desfrutar as suas grandes riquezas”. Seu livro deixava bastante claro que o verdadeiro “tesouro” por ele descoberto no Amazonas não era a natureza tropical por si mesma, mas sim a possibilidade de transformá-la em riqueza econômica. Um potencial que estava sendo abortado pela insistência em adotar métodos exploratórios que requeriam muito esforço e mão-de-obra, fazendo com que apenas alguns poucos grandes proprietários de escravos pudessem desfrutar da região.

¹⁴ COSTA, K. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões*. Brasília, 2002. Universidade de Brasília. Tese de Doutorado.

A utopia de Daniel, para consolidar a colonização e o triunfo do cristianismo na Amazônia, estava em facilitar a vinda de famílias pobres da Europa, através da distribuição livre de terras e do redirecionamento da agricultura para as regiões de várzea, aproveitando a fertilização natural produzida pelos rios. A economia regional deveria transformar-se de extrativista em domesticadora, de tal maneira que as drogas do sertão e as espécies européias aclimatadas pudessem ser cultivadas nos quintais das propriedades familiares. Para facilitar esta ocupação menos elitista do espaço, seriam necessárias reformas infra-estruturais, como a introdução do transporte público fluvial e a disseminação de diferentes tipos de máquinas.

Não se pode afirmar que as reflexões reformistas de Daniel tenham rompido radicalmente com a tradição de considerar os recursos amazônicos como largamente abundantes, inaugurando uma preocupação crítica explícita quanto aos malefícios de seu uso destrutivo. Mas alguns elementos nesta direção começam a se delinear em seus escritos. Um exemplo deste fato encontra-se na sua crítica à insistência dos colonos em cultivar a mandioca. Em princípio, tal crítica parece preconceituosa e extemporânea. A farinha de mandioca, alimento milenar dos povos da região, é classificada como sendo de “cultura sobremaneira laboriosa”, “gosto insípido” e cuja “qualidade ou suco é veneno”. O aspecto mais profundo da questão, no entanto, estava no método rotineiro de cultivo da mandioca, baseado na queima das florestas de Terra Firme. As queimadas, segundo Daniel, eram trabalhosas e pouco compensadoras, dificultando o assentamento de agricultores familiares. O mais importante, além disso, era o fato de as queimadas regulares exaurirem os solos no final do ciclo de exploração, impedindo que as lavouras se fizessem “estáveis e permanentes”. Apresentava-se, então, o inconveniente de “avançar todos os anos novos roçados em novas terras, e novas matas, com repetido e anual trabalho que, sendo tão grande, como temos dito, não serve mais do que para aquele ano, e fica perdido para os anos futuros”. Ainda mais grave era o “perigo de acabarem-se as matas, e terras, nos sítios dos moradores, e o verem-se precisados a buscar novas terras”¹⁵.

¹⁵ DANIEL, J. *Op. cit.*

Note-se que o que está sendo discutido aqui, ao contrário dos autores mencionados anteriormente, são os usos e destinos da floresta como um todo, e não apenas das árvores individuais. Trata-se, efetivamente, de um dos primeiros alertas presentes na história da literatura social amazônica sobre o perigo de esgotamento das matas nas propriedades agrícolas, provocado pela continuidade das coivaras. A proposta alternativa de Daniel estava em introduzir o cultivo de trigo e de outras searas européias nas várzeas da bacia amazônica, aproveitando a fertilidade natural produzida pelas cheias e abrindo mão do fogo em favor da capina dos solos e do uso de técnicas fáceis e eficazes, como a prática utilizada pelos índios Baré no sentido de matar as árvores sem fogo, através de incisões que interrompiam a circulação da seiva.¹⁶

¹⁶ DANIEL, J. *Op. cit.*

Os esboços de crítica ambiental presentes em João Daniel, de qualquer forma, ganharam um caráter bem mais explícito nos escritos dos naturalistas que percorreram ou

¹⁷ Para uma visão de conjunto ver CLEARY, D. Science and representation of nature in Amazonia: from La Condamine through Da Cunha to Anna Roosevelt” In: VIEIRA, I.; SILVA, J.; OREN, D. & D’INCAO, M. *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

viveram na Amazônia brasileira a partir da segunda metade do século XVIII.¹⁷ A obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, como já foi dito, adquire um lugar especial no conjunto dessa tradição, considerando o tempo e a amplitude da sua permanência na Amazônia e a qualidade das suas análises. Este personagem marcante nasceu na Bahia em 1756, tendo estudado na Universidade de Coimbra entre 1770 e 1778. Alguns anos após concluir seus estudos, foi comissionado pelo estado português para retornar ao Brasil como chefe de uma viagem filosófica, uma expedição de coleta de materiais e informações científicas que viria a percorrer, durante quase dez anos, vastas regiões do Norte e do Centro-Oeste do país.

É importante ter claro que as críticas ambientais de Ferreira não fugiram totalmente ao padrão anterior de concentrar-se mais nas partes do que no todo. Ou seja, ele focalizou bem mais os resultados deletérios da exploração predatória de determinados recursos, principalmente animais, do que as conseqüências do desflorestamento como um todo. Nessa opção intelectual, por certo, existe também um fator objetivo. A densidade quantitativa e qualitativa da ocupação colonial da Amazônia do século XVIII era menos expressiva do que nos antigos pólos produtivos do Nordeste e do Sudeste, refletindo-se em uma menor visibilidade do desflorestamento. Os males da destruição florestal provocada pela expansão da indústria madeireira e pelas queimadas que abriam terreno para as monoculturas de exportação estavam sendo claramente notados por intelectuais atuantes nas regiões de ocupação colonial mais antiga.¹⁸ Na Amazônia, ao contrário, diante da grande abundância de matas ainda pouco exploradas, não era tão fácil visualizar o problema. Os impactos do extrativismo predatório, no entanto, podiam ser percebidos com muito mais clareza.

A exploração das tartarugas, tão importante para a população local, era um caso exemplar. Na *Memória sobre a Jurararetê*, de 1786, Ferreira condenou o fato de que

esse anfíbio tão útil ao Estado ainda não mereceu os cuidados ou providências que são requeridas para evitar os abusos que se praticam contra ele. Uma tartaruga para chegar ao seu devido crescimento gasta alguns anos. Anualmente são inúmeras as que se desperdiçam ao arbítrio absoluto dos índios; todas as ninhadas são descobertas, pisadas a eito e a maior parte das tartaruginhas são comidas sem necessidade, o que em conjunto vem influir para sua raridade no decorrer do tempo.

¹⁸ PÁDUA, J. A. *Op. cit.*

Prática danosa era também o mau manejo dos chamados currais onde se aprisionavam as tartarugas vivas, de modo que muitas delas morriam antes ou depois de entrar nos mesmos. Das 53.468 tartarugas que entraram em apenas dois currais perto da vila de Barcelos, no período de 1780 a 1785, apenas 36.007 tinham sido aproveitadas, contra 17.461 mortas e desperdiçadas.¹⁹

¹⁹ FERREIRA, A. R. Memória sobre a Jurararetê. [1786]. In: *Viagem Filosófica: Memórias, Zoologia e Botânica*. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1972.

Outra prática condenável era a da “viração” das tartarugas, através da qual se virava de peito para cima todas as tartarugas que vêm à praia para desovarem, de forma a não poderem mais se mover, tornando-se presas fáceis para os caçadores. Em seu *Diário da Viagem Filosófica ao Rio Negro*, de 1788, ele se lamentou pela falta de visão da população local, que tanto precisava deste animal para a sua sobrevivência. Apesar disso,

tão somente arrastados por uma cega avareza com a fatura das manteigas das banhas, desperdiçavam mais do que aproveitavam, porque todas as tartarugas morriam; porém nem todas davam banhas suficientes, nem das que as davam se aproveitava mais do que as banhas; donde podia resultar que infinitas delas, cujas banhas podiam aproveitar para o sustento, pelo contrário se lançavam ao rio depois de tiradas as banhas, visto que se não podia salgá-las, e no rio serviam de pasto aos jacarés, aos urubus, às piranhas e às pirararas.²⁰

²⁰ FERREIRA, A. R. *Viagem filosófica ao rio Negro*. Belém: Museu Goeldi, 1983. [1785-1788].

Na continuação das suas viagens, Ferreira anotou a mesma irracionalidade sendo adotada na pesca de outro animal amazônico, o peixe-boi. Ele condenou duramente o fato de que, mesmo considerando “tantas utilidades quantas são as que deste mamífero se tiram”, sua pesca continuava sendo feita sem “nenhum policiamento”. Um recurso de tal importância deveria ser objeto de uma “polícia” específica, no sentido de evitar a adoção de práticas contra-produtivas que, no limite, poderiam levar à sua extinção:

um peixe-boi para chegar ao seu devido crescimento deve gastar anos e todos os que aparecem são arpoados, mesmo as fêmeas prenhas. As fêmeas não parem mais de um até dois filhos por ano. Os filhotes tirados do ventre das mães que são arpoadas para nada servem. Não se conhece o tempo de criação e o arpoador fica feliz quando encontra um filhote para mais fácil arpoar a mãe. Arpoam-nos em todos os tamanhos, sem distinção de idade. Por isso não deve causar espanto a sua raridade em alguns lagos onde já não os encontramos há alguns anos.²¹

²¹ FERREIRA, A. R. Memória sobre o Peixe-boi. [1786]. In: *Viagem Filosófica: Memórias, Zoologia e Botânica*. Op. cit.

A percepção aguda do naturalista baiano, por fim, revelou-se no fato de ter antevisto um problema que só bem mais tarde veio a ocupar espaço relevante na opinião pública: a destruição da floresta amazônica. Em um texto de 1784, ele criticou os colonos que “sem medida alguma, deitam tudo abaixo, não excetuando árvore que fosse útil, tanto pela sua sombra quanto pelas suas produções. Cortaram desde o princípio e continuarão a cortar e a queimar as que existem”. A “agricultura empírica e tradicional”, vigente na região, era incapaz de inspirar práticas mais racionais. Plantar uma roça de mandioca, segundo ele, era “deitar abaixo o mato à força do machado e sem fazer caso das extremidades dos troncos que ainda ficam por cortar, nem das raízes que estão por debaixo da terra ou na superfície. Contanto que se lance o fogo a tudo, em ordem a se desfazer tudo com as cinzas, está lavado o terreno”. Ferreira lançava mão dos estudos que vinham sendo produzidos sobre esse método na ilha da Martinica, realizados por um sábio francês, para criticar a sua pouca eficácia. Segundo esses estudos, o solo posterior à queima das florestas era apenas “passageiramente fértil”. Na Martinica, ao invés de se “recorrer aos adubos para aumentar a sua fecundidade”, cultivavam-se os terrenos apenas por algum tempo, para “fazer outra nova queimada cujo proveito não dura mais que o primeiro”. E assim as matas do lugar estavam sendo completamente destruídas.²² A insinuação implícita, mas bastante evidente, era de que o mesmo poderia acontecer na Amazônia.

²² FERREIRA, A. R. *Estado presente da agricultura do Pará*. Manuscrito da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 21,1,16, 1784.

Na obra de Rodrigues Ferreira, portanto, pode-se identificar as origens mais explícitas da crítica à destruição dos recursos naturais amazônicos. Mas a herança intelectual dos autores que começaram a atuar na região anteriormente, a partir do século XVI, apesar da ausência de críticas ambientais mais explícitas, é fundamental para visualizar a construção do entendimento da natureza, assim como o caráter das práticas produtivas, após a chegada dos europeus. Outro aspecto importante a ser estudado, apesar de aqui não ter sido possível por limitações de espaço, é o da obra dos naturalistas críticos que, no século XIX, deram prosseguimento ao esforço inaugurado por Rodrigues Ferreira no sentido de submeter as práticas econômicas e sociais da região a uma avaliação racional e reformista, capaz de identificar seus impactos concretos no seio de um espaço natural de grande riqueza e complexidade. Dentre os nomes que merecem ser mencionados, neste esforço de continuidade, vale a pena destacar, entre os nacionais, João

²³ Sobre esses autores ver PÁDUA, J. A. *Op. cit.*

José Augusto Pádua é graduado em História, doutor em Ciência Política e professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

jpadua@terra.com.br

Martins da Silva Coutinho e Domingos Ferreira Penna.²³ Entre os estrangeiros, por sua vez, o daqueles viajantes que ajudaram a construir a imagem planetária da Amazônia no universo da modernidade, como Alfred Wallace e Henry Bates.

A análise de conjunto desta herança intelectual, relativamente ainda pouco estudada, é fundamental para equacionar a problemática amazônica em uma perspectiva histórica mais ampla, tarefa que adquire especial relevância no momento em que tantos se esforçam para superar as visões e práticas de curto prazo e lograr construir, pela primeira vez, um projeto de longo alcance para o desenvolvimento sustentável desta macrorregião tão crucial para o futuro do Brasil e da própria humanidade.